



Heráclito, presidente do IPC: "Os empréstimos são perfeitamente legais"

IPC, uma caixinha extra

Quando o cheque especial vai chegando ao limite, a saída para os parlamentares é apelar para o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas).

O total de 139 parlamentares que escolheram recorrer ao IPC desde que este reabriu sua seção de empréstimos, em 20 de maio, não inclui os que já vêm pagando dívidas anteriores com o instituto. Os empréstimos garantem aos necessitados uma caixinha extra de R\$ 15 mil mensais.

O débito é pago em 12 meses, com juros mensais referente à taxa de poupança, do primeiro dia do mês, mais 0,5%. "Em junho, os juros foram de 4,26%", contabiliza o diretor-executivo do instituto, Afrísio Lima Filho, explicando que a taxa da poupança foi de 3,76%.

Devo não nego, pago quando puder, não funciona no IPC. Lá, ficar inadimplente é impossível, já que o pagamento do empréstimo vem des-

contado no contracheque.

Aval — Deputados, senadores, suplentes e funcionários do Congresso, todos têm acesso. Dos suplentes, exige-se o aval do parlamentar titular, enquanto os demais funcionários devem ser associados ao Instituto.

"Para esses, o teto não pode ultrapassar 30% do salário líquido", informa Lima Filho.

Acostumado a receber pedidos de empréstimos a cada minuto, o diretor-executivo entende as dificuldades dos parlamentares. Ele explica que, do salário bruto de R\$ 8 mil, 10% são descontados para o IPC e outros 26,6% para o Imposto de Renda.

Sobram, então, R\$ 5.072, fora a contribuição partidária que, nos partidos de esquerda costuma ser de até 30%.

"É todo mundo *duro*", classifica Lima. "Geralmente, eles recorrem ao IPC para cobrir o cheque especial".